



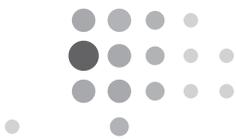
Política industrial ecológica

Uma abordagem estratégica da social-democracia na Alemanha

BENJAMIN MIKFELD

Outubro de 2011

- A social-democracia na Alemanha foi pioneira no conceito de política industrial ecológica, dando uma contribuição inovadora ao associar interesses econômicos e sociais de um país industrializado à proteção do meio ambiente e preocupações com a sustentabilidade. A estratégia é resultado de décadas de debates sobre questões relacionadas à ecologia e geração de energia.
- A política industrial ecológica parte do pressuposto de que os «mercados verdes» possuem um enorme potencial de crescimento. Nesses negócios serão criados os empregos do futuro e o segmento será decisivo para a competitividade internacional de uma economia. A social-democracia deve ser a força motriz que mantém o diálogo direto com a indústria e os sindicatos, demonstrando sua competência de estruturação industrial enquanto força política.
- O Estado dispõe de diversos instrumentos para acelerar e dar forma à reestruturação ecológica da indústria. Tais instrumentos apostam principalmente no desenvolvimento de mercados líderes estratégicos para inovações ecológicas, mas a transformação deve respeitar aspectos sociais. Se forem perdidos postos de trabalho, é necessário criar alternativas. A distribuição justa dos dividendos da produtividade crescente é pré-condição importante para conseguir o consenso social necessário para a efetivação de novas políticas.



Conteúdo

O que é política industrial ecológica?	2
Desenvolvimento de programas e debates do partido Social-Democrata da Alemanha (SPD)	4
A ligação intrínseca entre modernização ecológica e econômica	6
Novo acordo!? Perspectivas para a social-democracia na concorrência com outras forças políticas	8

Nas últimas décadas, metas ecológicas conseguiram conquistar maiorias e, desde há muito, não são apenas os ambientalistas que defendem esses objetivos. Na verdade, o crescente ramo ambiental concilia ecologia com interesses econômicos e o partido Social-Democrata da Alemanha (SPD) deu uma contribuição significativa nos últimos anos para esta evolução. Desde 1986, o partido vem defendendo a meta de abandonar a energia atômica e reforçar formas alternativas de geração de energia. Além disso, o SPD definiu metas ambiciosas a serem alcançadas até a metade do século:

- Toda a demanda energética alemã deve ser suprida completamente por fontes renováveis até o ano 2050.
- Até o ano 2050, a emissão de CO₂ também deve ter redução de 95 por cento em comparação aos valores de 1990.

Tais metas estão em sintonia com o tema econômico central: tornar a Alemanha a economia mais eficiente do mundo nas áreas de energia e matéria-prima. Pretende-se com isso poupar gastos, além de obter e assegurar vantagens tecnológicas na concorrência internacional.

O que é política industrial ecológica?

Desde meados do século passado, o conceito de «política industrial ecológica» representa, para o partido Social-Democrata da Alemanha, uma orientação político-econômica norteada pela sustentabilidade. O termo foi cunhado em 2006 pelo então Ministro Federal do Meio Ambiente, Sigmar Gabriel, (atualmente presidente do SPD) e seu Vice-Ministro, Matthias Machnig, (atualmente Secretário de Economia do Estado da Turíngia).

Logo no início da coalizão entre Social-Democratas e Verdes no governo federal, em 1998, foram implementados os primeiros passos dessa política, cujos elementos são: uma reforma tributária ecológica, o consenso negociado com a indústria de abandonar a energia atômica (que, entretanto, foi revogado pelo governo conservador atual) e a «lei de energias renováveis», copiada por muitos países e que promove a alimentação de eletricidade de fontes renováveis na rede.

Porém, apenas com o fim do governo de coalizão entre Social-Democratas e Verdes em 2005, a formação da chamada «grande coalizão», composta por CDU, CSU

e SPD, e quando o SPD assumiu a responsabilidade pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, a abordagem da política industrial ecológica ganhou estrutura concepcional e foi desenvolvida até virar uma marca política.

O termo foi uma escolha consciente por conciliar o que até então era percebido como contradição: a ecologia e a indústria. Por isso, essa nova visão não é uma mera política industrial que almeja promoção de produtos ecológicos. Ao contrário: a ecologia deve ser entendida como tarefa transversal da produção futura – todo o sistema de produção industrial precisa se tornar mais ecológico e consumir menos recursos.

A abordagem surgiu diante de dois desenvolvimentos do passado recente. Por um lado, a «questão ambiental» (reforçada, entre outros, pelas conferências sobre o clima e o relatório «Stern», de 2006) se transformou no mega tema político do século. Em concorrência com os outros partidos (inclusive os Verdes, cada vez mais fortes), o SPD teve de dar uma resposta específica da social-democracia a esses questionamentos.

Por outro lado, para um país exportador com forte vertente industrial como a Alemanha, foi um desafio central trilhar um caminho industrial, mas econômico e ecológicamente compatível com o desenvolvimento global, como o crescimento dos BRICs (ou seja, aumento populacional, econômico, elevação da demanda energética) e as consequências da disputa por recursos escassos, mudanças climáticas, etc.

O conceito de «política industrial ecológica» foi introduzido na discussão pública e técnico-científica por meio de duas propostas de discussão do Ministério Federal do Meio Ambiente: um memorando do ano 2006¹ descrevendo seus princípios e um segundo documento, de 2008², aprimorando os instrumentos da política industrial ecológica.

A estratégia do conceito visa a um «novo acordo social e ecológico». Após a era Ford da «segunda revolução industrial», proclama-se agora uma «terceira revolução»,

1. Ministério Federal do Meio Ambiente (BMU) (2006): «Ökologische Industriepolitik. Memorandum für einen »New Deal« Von Wirtschaft, Umwelt und Beschäftigung», http://www.bmu.de/files/pdfs/allgemein/application/pdf/memorandum_oekol_industriepolitik.pdf

2. Ministério Federal do Meio Ambiente (BMU) (2008): «Ökologische Industriepolitik. Nachhaltige Politik für Innovation, Wachstum und Beschäftigung», http://www.bmu.de/files/pdfs/allgemein/application/pdf/oeip_themenpapier.pdf

em cujo centro está o incremento da eficiência energética e dos recursos. O objetivo é alcançar um »duplo dividendo:« por um lado, novos produtos e mercados devem ajudar a proteger o país da concorrência internacional, bem como manter e criar empregos. Por outro, devem ajudar a solucionar os problemas ambientais e abrir novas margens de manobra distributivas, aumentando a produtividade dos recursos. A recomendação para a Alemanha e para a Europa é uma »estratégia de especialização econômica« que enfrente a concorrência global baseada em liderança tecnológica, tanto nos métodos ambientais quanto em suas aplicações.

Do ponto de vista conceitual, a abordagem teórica inovadora dos »mercados líderes« fundamenta a política industrial ecológica. Segundo esta visão, obtém-se vantagens na concorrência internacional com novas tecnologias por meio de sistemas de inovação ambiciosos no »mercado doméstico«. Além de pesquisa, isso requer, sobretudo, conhecimento técnico qualificado, cidadãos e consumidores críticos, redes cooperativas, infraestrutura e apoio estatal. Uma demanda inicialmente promovida pela política pode ser um fator importante no desenvolvimento de novas tecnologias, como foi demonstrado pelo impulso dado à energia solar e eólica pela lei de energias renováveis na Alemanha.

Baseado em estudos prévios, o prognóstico é um enorme potencial de crescimento dos mercados verdes: o volume do mercado mundial, que era de 1 000 bilhões de euros em 2005, deve dobrar até 2020. Para a Alemanha, estima-se que a participação de tecnologias ambientais no faturamento total alcance 16 por cento em 2030 (a título de comparação, este faturamento era igual a quatro por cento em 2005).

Com a ajuda de pesquisas para setores individuais foram identificados importantes »mercados verdes« para o futuro e para a Alemanha, bem como seus pontos fortes e fracos. Aqui se trata principalmente das seguintes áreas: tecnologia de geração de energia, tecnologia de usinas, tecnologia de eficiência energética, tecnologia de reciclagem e gestão de resíduos, mobilidade e tecnologia de trânsito, tecnologia de tratamento de água e esgoto, engenharia/tecnologia ambiental, engenharia de instalações, ciência da vida, nanotecnologia, eco-design, bio-plástica/bio-refinaria.

A fim de elevar os potenciais de crescimento destes segmentos, foram formuladas oito diretrizes no »memorando para uma política industrial ecológica«, cujos elementos centrais são:

- o Estado deve assumir o papel de pioneiro na política industrial, concentrando seus instrumentos em áreas estratégicas e mercados líderes;
- criar benchmarks para que o desenvolvimento tecnológico siga metas e visões e desenvolver um marco regulatório inteligente, a fim de fomentar inovações;
- explorar potenciais de exportação;
- acelerar o lançamento de tecnologias inovadoras. Por exemplo, por meio de políticas públicas de suprimento e programas de introdução no mercado;
- melhorar o financiamento de inovações para as empresas;
- apoiar »faróis tecnológicos« para oferecer orientação e promover a popularização;
- criar novas estruturas institucionais de diálogo, inclusive dentro do governo federal (cooperação entre os ministérios em um »conselho industrial«).

Estas diretrizes foram formuladas de forma mais precisa no segundo documento de 2008, apresentando instrumentos e propostas políticas concretas ao governo federal. Ambos os documentos contaram com apoio técnico da ciência e com consultoria econômica. Além disso, foram discutidos em debates com atores da economia e indústria, sindicatos e movimento ambiental.

Trata-se de desenvolver uma combinação inteligente de instrumentos indicados e adaptados ao respectivo setor e que atuem tanto na oferta como na demanda. Não se deve especificar determinadas soluções tecnológicas ou produtos individuais, e sim dar incentivos para que o próprio mercado possa revelar novas e melhores soluções. Essa combinação inteligente também abrange instrumentos clássicos da política ambiental, tais como:

- legislação normativa: por exemplo, reduzindo o limite de emissões de poluentes para carros de passeio ou

decretando a obrigatoriedade da utilização de sistemas de medição inteligentes para controlar o consumo de eletricidade

- medidas fiscais: por exemplo, a redução de subsídios que prejudicam o meio ambiente, diferenciação ecológica na depreciação econômica e criação de impostos sobre combustíveis nucleares

Paralelamente, estes instrumentos devem ser combinados com outros mecanismos de regulação econômica e política estrutural, visando atingir diversos objetivos, como

- a realização de investimentos ecológicos: por exemplo, a criação de um fundo para o desenvolvimento de novas tecnologias verdes

- o lançamento de novos produtos no mercado: por exemplo, oferecendo créditos com juros mais baixos ou garantindo a remuneração pela alimentação da rede para os que geram eletricidade a partir de fontes renováveis

- a definição de benchmarks: por exemplo, por meio do princípio »top runner«, ou seja, o produto com os melhores índices de venda determina o padrão que precisa ser alcançado pelos demais fornecedores, dentro de determinado prazo, para que seus produtos sejam homologados

O diálogo com os principais atores, tais como a Confederação das Indústrias Alemãs (BDI), a retomada da discussão por ramo com os sindicatos sobre o futuro da Alemanha como país industrial e a compatibilidade entre »trabalho e meio ambiente« – aliás, um importante eixo de discussão dos sindicatos nas últimas décadas – foram fundamentais para que houvesse uma aceitação dessa estratégia.

Em um parecer do Ministério Federal do Meio Ambiente sobre o conceito, o IG Metall³, sindicato dos metalúrgicos alemão, saudou a estratégia da política industrial ecológica – inclusive por representar não apenas uma afirmação da base industrial, mas também uma renúncia

da política unilateral norteada pelo custo salarial. Porém, também reivindicaram que houvesse um vínculo mais forte entre avanços ecológicos e progresso social, em especial no que diz respeito à qualidade de vida e trabalho.

Considerando os sucessos da política industrial ecológica obtidos até a presente data apenas na área das energias renováveis, temos uma evolução impressionante, tanto do ponto de vista ambiental como econômico: de 2000 a 2010, a participação das energias renováveis na geração elétrica subiu de 6,4 por cento para 17 por cento na Alemanha e o número de postos de trabalho no setor registrou um aumento de 160 000 para 367 000, de 2004 a 2010. De acordo com cálculos apresentados pelo Ministério Federal do Meio Ambiente, 262 000 empregos surgiram por causa da lei de energias renováveis.

Desenvolvimento de programas e debates no SPD

Com o conceito da política industrial ecológica, o partido Social-Democrata retomou vertentes antigas da sua discussão, que tinham por objetivo atrelar o futuro industrial do país aos desafios ambientais e à criação de empregos sustentáveis, bem como ao aumento da qualidade de vida, criando agora um embasamento conceitual para o debate. Apesar de os programas partidários oferecerem informações limitadas sobre a política que realmente será seguida pelo partido, uma vez assumida a responsabilidade governamental podemos encontrar elementos do conceito da »política industrial ecológica« ao fazermos uma análise comparativa dos três programas do SPD, elaborados após a segunda guerra mundial.

O »Programa de Godesberg«, de 1959, reconhecia a »contradição da nossa época: o ser humano liberou a força elementar do átomo e agora teme as consequências«, mas também defendia um compromisso claro com o progresso no sentido do desenvolvimento das forças produtivas. O objetivo era »crescimento econômico permanente«. O ponto de referência era a segunda revolução industrial, do Fordismo, pois geraria as »condições prévias para melhorar o nível de vida geral, eliminando a pobreza e a miséria que ainda atingia muitas pessoas«.

Contudo, no fim dos anos 1970, eclodiu o conflito em torno da questão ambiental, inclusive no SPD. Por um lado, começou a haver a conscientização dos »Limites

3. IG Metall (2008): parecer sobre o documento do Ministério Federal do Meio Ambiente (BMU) »Ökologische Industriepolitik«, http://www.ig-metall.de/cps/rde/xbcr/SID-0A456501-22E2C385/internet/docs_ig_metall_xcms_146855__2.pdf

do Crescimento» (eis o título do relatório do Clube de Roma do ano de 1972) e dos danos ambientais gerados por produção e consumo em massa. Por outro, o modelo de crescimento do pós-guerra começou a demonstrar seu esgotamento, inclusive do ponto de vista econômico. As taxas de crescimento declinavam. Em muitas regiões tradicionalmente dominadas por social-democratas rondava a ameaça da perda de postos de trabalho e, a partir de 1982, voltou a haver um governo conservador-liberal na Alemanha.

A social-democracia e os sindicatos sofriam pressões de duas frentes. Na sequência, houve disputas duras, em especial no SPD, entre a «ala de trabalhadores» (a favor da preservação de empregos na indústria e consumo de massa) e a burguesia (cada vez mais voltada para a ecologia e preocupada com modos de produção sustentáveis).

Sem conseguir resolver o conflito de objetivos – sobretudo no curto e médio prazo – a discussão entre o partido Social-Democrata e os sindicatos acirrou na primeira metade dos anos 1980, revelando novas interpretações e visões:

- A compreensão crescente de que é melhor para a economia nacional evitar a destruição do meio ambiente do que remediá-la e que uma política de proteção ambiental reativa não basta. É preciso impedir que danos venham a ocorrer ou, pelo menos, reduzi-los.
- A questão da qualidade de vida se tornou mais importante para os próprios trabalhadores. Eles estavam expostos a condições de trabalho nocivas à saúde e a preocupação com as consequências nefastas para seus filhos e famílias ganhou importância.
- Ficou claro que gastos com proteção do meio ambiente, em particular face ao crescente desemprego em massa, ajudaria a criar novos empregos.
- Outros países, tais como o Japão, começaram a ver a proteção ambiental cada vez mais como uma tecnologia do futuro, cujo potencial de exportação deve ser aproveitado para enfrentar a concorrência global.

Em 1984, o «grupo de trabalho para questões trabalhistas» do SPD, corrente próximo dos sindicatos, aprovou uma declaração na qual formulou a seguinte tese: »A

política de emprego e a política ambiental não devem ser tratadas como antagônicas. Os trabalhadores não aceitam mais a falsa alternativa: ou uma sociedade industrial baseada na divisão do trabalho ou uma política ambiental. Quem negligencia hoje a proteção do meio ambiente coloca em perigo os empregos de amanhã.«

As principais reivindicações dos trabalhadores eram:

- A organização da mudança estrutural deve ser entendida como uma tarefa do Estado: crescimento qualitativo (ou seja, em áreas onde »faça sentido« ecologicamente) deve ser promovido por meio de programas de investimento estatais.
- Os trabalhadores têm de participar das decisões que afetam a produção e os produtos.
- Os custos da proteção do meio ambiente não devem ser repassados primeira e principalmente para os trabalhadores e onde forem perdidos empregos, devem ser criados postos alternativos.

Em 1986, a convenção nacional do SPD aprovou um conceito relativo à »renovação ecológica da sociedade industrial«, que retoma essa linha de argumentação. A reivindicação central era, além do uso mais direcionado dos instrumentos tradicionais, como valores-limite e legislação em matéria de responsabilidade, a criação de um fundo estatal independente do orçamento vigente, designado »Trabalho e meio ambiente«, no montante de um por cento do PIB.

O fundo seria financiado por um adicional sobre o consumo de energia e, os recursos gerados, empregados para promover medidas de proteção do meio ambiente e investimentos por meio de créditos com juros mais baixos para empresas privadas e atores públicos. O objetivo era a criação de instrumentos de financiamento a longo prazo para serem aplicados em projetos de proteção ambiental.

A Confederação dos Sindicatos Alemães (DGB) adotou, em 1985, o programa de »Política ambiental e crescimento qualitativo«. A ideia essencial era »acelerar o crescimento qualitativo«, protegendo o meio ambiente e executando amplos investimentos nas áreas de energia, transporte, habitação e infraestrutura urbana, educação e saúde, serviços humanos, pesquisa e tecnologia.

O «Programa de Berlim», de 1989, preparado nos anos 1980 e adotado poucos dias após a queda do muro, foi fortemente influenciado pelos movimentos sociais e ecológicos dos anos 1970 e 1980. Totalmente ao contrário do seu antecessor, este programa, que não suscitou controvérsia no seio do partido e via o crescimento com olhos críticos, defendendo uma política que privilegia determinadas áreas de crescimento: «Nem todo e qualquer crescimento significa progresso. Deve crescer o que assegura as bases vitais da natureza, melhora a qualidade de vida e trabalho, reduz a dependência e promove a autodeterminação, protege a vida e a saúde, garante a paz, aumenta as chances de vida e futuro de todos, apoia a criatividade e a iniciativa própria. Deve encolher ou desaparecer tudo aquilo que ameaça as bases vitais da natureza, prejudica a qualidade de vida e mina as chances que o futuro oferece.»

O termo-chave era a «transformação ecológica da sociedade industrial». Já se falava em «política estrutural prospectiva», mas o conceito de «política industrial» ainda não aparecia no texto. O conceito «Progresso 90» era mais concreto. Esta ideia foi desenvolvida na mesma época e deveria servir de preparação para a tomada do poder, após a eleição geral de 1990 (que acabou sendo perdida). Mesmo naquele tempo, o desafio maior já era a destruição da atmosfera terrestre e das formas de vida, mas também a poluição do ar e da água, o volume de lixo gerado e a morte das florestas.

A «transformação ecológica da sociedade industrial» também era exigida neste documento, devendo ser alcançada por meio de três grupos de instrumentos. Primeiro: uma maior tributação do consumo de energia, usando o preço como alavanca, visando gerar inovações e uma conduta mais preocupada em poupar. As receitas deveriam, sobretudo, ser usadas para elevar a renda líquida de trabalhadores e trabalhadoras, bem como dos destinatários de benefícios de transferência. Segundo: Uma legislação ambiental mais rigorosa (proibições, valores-limite, limites de velocidade). E terceiro: o Programa «Trabalho e meio ambiente», que deveria ser financiado por taxas específicas e usado para promover investimentos privados e públicos nos domínios da economia energética, do transporte público e da construção de moradias sociais.

O planejamento atual, «Programa de Hamburgo», de 2007, retoma o conceito da política industrial ecológica, atrelando a afirmação do Programa de Godesberg sobre

tecnologia e indústria à ideia do crescimento qualitativo do Programa de Berlim. No cerne está a noção de que os «grandes desafios sociais e ecológicos» que a humanidade terá de enfrentar não serão superados com apelos globais à renúncia, mas só poderão ser vencidos com tecnologias e processos totalmente inéditos. Destaca-se não apenas o papel decisivo da indústria (até mesmo para o desenvolvimento dos serviços que as empresas precisam), mas também o papel estratégico fundamental do Estado no que toca ao estímulo de novas áreas de crescimento e mercados-líderes:

«Uma política industrial estratégica aposta na ampliação das vantagens qualitativas da nossa economia. Ela reforça o núcleo industrial e as competências econômicas regionais. A política industrial estratégica tem de ser uma política industrial ecológica. Incentivos ecológicos para o mercado constituem o motor do crescimento qualitativo. Nossa oportunidade reside em desenvolver soluções que possam ser aplicadas no mundo todo. Para que seja possível transformar as novas ideias rapidamente em novos produtos e novos postos de trabalho, queremos uma política que estabeleça uma estreita relação entre pesquisa, desenvolvimento de produtos e investimentos corporativos.»

A ligação intrínseca entre modernização ecológica e econômica

Contudo, independentemente das decisões oficiais do partido Social-Democrata, a estratégia da política industrial ecológica acabou reconciliando duas vertentes de discussão: a ala científica e a ala técnica da política do meio da social-democracia das últimas décadas. Primeiramente, trata-se de uma «modernização da sociedade industrial», o que envolve diversos eixos:

- a noção de uma modernização mais ampla, que permita que as instituições básicas da economia social de mercado sejam capazes de se adaptar de forma evolutiva a novas condições;
- teorias de inovação que atribuem um papel de destaque às tecnologias-chave, para que hajam «longos períodos» de desenvolvimento econômico;
- estratégias econômicas regionais e de política estrutural, que foram desenvolvidas principalmente nos anos

1980 e 1990 em regiões fortemente afetadas por rupturas estruturais (entre outras, a região do Ruhr);

- conceitos kynesianos que pretendiam unir as metas da política conjuntural às metas da política estrutural por meio de »programas de investimento no futuro«.

Nesse contexto, houve um aprendizado com experiências importantes de como realizar a mudança estrutural, em particular, no estado de Renânia do Norte-Vestfália, governado desde os anos 1960 pelo SPD.⁴ Essa política começou na época em que, no vale do Ruhr, a região do carvão e aço, já se esboçava o fim da indústria pesada e tinha início a construção de uma nova infraestrutura (como a fundação de universidades). Isso passou a englobar o apoio à tecnologia e culminou, finalmente, por meio de uma política estrutural regional diagonal (mobilizando os atores da região para a criação de novas indústrias), em uma política focada no desenvolvimento estratégico de clusters econômicos e mercados líderes.

O segmento ambiental, que já se consolidou na Renânia do Norte-Vestfália, tem suas origens tanto na modernização das indústrias antigas (assim as empresas da indústria do carvão e do aço puderam contribuir com sua experiência para a tecnologia da proteção ambiental), como na atração e criação de novas empresas inovadoras.

A segunda linha, mais ecológica, foi muito influenciada e marcada pela discussão sobre os limites do crescimento. Essa vertente foi levantada pelo relatório do Clube de Roma (1972) e pelo relatório da Comissão Brundlandt sobre o desenvolvimento sustentável (1987). No campo Social-Democrata foram, sobretudo, dois atores que simbolizaram os dois eixos da discussão e ajudaram decididamente a cunhar o debate na social-democracia (mesmo para além das fronteiras da Alemanha):

- O antigo chefe do »Instituto Wuppertal para o clima, meio ambiente e energia« e deputado federal do SPD, Ernst-Ulrich von Weizsäcker, na qualidade de coautor do »Novo relatório do Clube de Roma«, ajudou a cunhar a fórmula do »fator 4«⁵. A ideia central do relatório é

a possibilidade tecnológica de aumentar a eficiência da produtividade dos recursos pelo fator 4, o que foi demonstrado em uma série de exemplos práticos.

- A possibilidade de fazer o abastecimento energético com energia solar alcançou popularidade, graças às contribuições de Hermann Scheer, político do SPD falecido em 2010, quem logo no início defendeu a conversão do abastecimento para fontes renováveis⁶ e cujo engajamento foi premiado diversas vezes, o último agraciamento sendo em 1999 com o prêmio Nobel alternativo.

Apesar de todas as tensões entre as duas linhas de argumentação, no que toca questões de fundo e disputas políticas concretas, existe um denominador comum em torno da orientação otimista que privilegia novas tecnologias, produtos e mercados para enfrentar o desafio ambiental. Há uma delimitação clara frente a abordagens que pregam a renúncia ao consumo e estilos de vida ascéticos ou defendem a economia de nichos, como são postulados por parte dos Verdes e pelos movimentos alternativos. Pesquisa, ciência e indústria não foram mais considerados adversários da modernização ecológica e sim parceiros a serem conquistados.

Enquanto partes da social-democracia europeia nos anos 1990 enxergavam o futuro econômico mais no segmento de serviços, o SPD e os governos estaduais ou federais por ele encabeçados nunca abdicaram da sua orientação político-econômica e estratégica a favor da indústria. Mesmo havendo amplo consenso no seio do SPD sobre as metas e os instrumentos da política industrial ecológica, algumas questões ainda não foram completamente resolvidas. Assim, nos próximos anos será preciso deliberar qual deve ser o alcance de um novo acordo social e ecológico.

A questão fundamental continua sendo:

- Será que basta reprogramar o capitalismo existente para que seja ecológico ou será que são necessárias reformas mais profundas?⁷

4. Rolf G. Heinze, Josef Hilbert u.a. (1996): Strukturpolitik zwischen Tradition und Innovation. Nordrhein-Westfalen im Wandel, Opladen.

5. Ernst-Ulrich von Weizsäcker u.a. (1995): Faktor Vier: Doppelter Wohlstand – halbiertes Naturverbrauch. Der neue Bericht an den Club of Rome, München.

6. Ver: Hermann Scheer (1993): Sonnen-Strategie. Politik ohne Alternative, München.

7. Para uma sinopse dos diferentes conceitos: Frank Adler/Ulrich Schachtschneider (2010): Green New Deal, Suffizienz oder Ökosozialismus? Konzepte für gesellschaftliche Wege aus der Ökokrise, München.

Outras questões são:

- Quais as margens para o crescimento nas economias altamente desenvolvidas face à necessidade crescente de recursos no mundo todo?
- Será que objetivos e inovações ecológicas podem de fato ser alcançadas com um capitalismo financeiro dominado pela lógica de altos lucros?
- Será preciso limitar o poder dos grandes grupos de energia? Por exemplo, reforçando produtores de energia menores, um retorno às utilidades municipais públicas e a copropriedade do Estado nas redes de energia?
- Será que a política industrial ecológica não é simplesmente uma espécie de continuação «verde» da política de elevados superávits na exportação e na balança de transações correntes? Será que caminho de crescimento sustentável não precisa apostar mais na ampliação de serviços sociais qualificados como complemento da política industrial ecológica?
- E o que significa tudo isso para a questão da repartição social dos custos da transformação ecológica ou para as relações de distribuição na sociedade e para a política tributária e financeira estatal?

Novo acordo!? Perspectivas para a social-democracia na concorrência com outras forças políticas

Independentemente de como essas perguntas forem respondidas, o caminho da política industrial ecológica abre um campo político e estratégico importante para a social-democracia. A «questão verde» continuará sendo um tema decisivo para as nossas sociedades nas próximas décadas. Nenhum partido político assumirá responsabilidade duradoura e formará alianças políticas estáveis se não levar em conta a responsabilidade ambiental. Em especial, a combinação de economia e ecologia constitui um campo político muito disputado.

No debate internacional fala-se em «Green New Deal»⁸ como sendo o projeto principal do futuro. Da perspectiva da social-democracia, este termo é um tanto pro-

blemático, por caracterizar uma abrangente projeção do futuro (que em hipótese alguma contempla apenas a política ambiental) como projeto «verde», sinalizando proximidade com o partido Verde. Nas pesquisas de opinião pública realizadas na Alemanha, o partido «Os Verdes» vem crescendo. Em algumas cidades alemãs temos feitos dos Verdes e, recentemente, o partido conseguiu pela primeira vez eleger o governador em um estado alemão, Baden-Württemberg. Sobretudo neste estado (uma região importante da produção da indústria automobilística), nota-se agora tensões. No consenso social, a «questão verde» somente poderá ser respondida se for tratada junto com a «questão social» e o futuro da produção, geração de valor e trabalho.

Mesmo os partidos conservadores modernos «solidários e compreensivos» abraçaram a questão ambiental e a ideia da qualidade de vida. Na Alemanha foi, inclusive, o governo conservador atual que, sob pressão da opinião pública, forçou a transição energética ecológica e a saída da energia nuclear. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, encarregou uma comissão, sob chefia de economistas progressistas, de preparar um conceito alternativo para medir o bem-estar (não apenas em termos de PIB).⁹

Aqui se esboçam duas correntes diferentes na ala burguesa. De um lado, temos a estratégia da orientação ecológica do mercado mundial, cujos seguidores deixaram de ser fornecedores que atendem apenas nichos ecológicos, mas viraram «global players» que descobriram os mercados verdes para si. A orientação ecológica do mercado mundial aposta no desenvolvimento de novos mercados de exportação – mantendo de resto as regras do jogo do capitalismo global inalteradas. Outra corrente eco conservadora defende o «*downsizing*» (ou seja, uma redução). Conservadores, como o conselheiro político alemão, Meinhard Miegel, reivindicam um novo modelo de bem-estar, um modelo que rompa com a «obsessão do crescimento». O ponto de partida é a suposição baseada na demografia e ecologia, cuja tese enuncia que teríamos de aceitar uma massa distributiva decrescente. Seria necessário desatrelar o crescimento do bem-estar, dado que aspectos materiais não equivaleriam à felicidade.

8. <http://www.greennewdealgroup.org/>

9. Joseph E. Stiglitz, Amartya Sen, Jean-Paul Fitoussi (2010): *Mismeasuring our lives*, New York.

Contudo, o apelo conservador à «moderação» congela as diferenças sociais atuais – podendo até agravá-las. Pois, segundo Meinard Miegel, o trabalho deveria se tornar mais barato e o consumo da natureza mais caro para que os preços espelhem a «verdadeira escassez». Como o bem-estar material inferior estaria baseado em mais prestação de serviço, o trabalho deveria ser prestado a «salários modestos». Nenhuma das duas variantes representa um projeto social-ecológico que coloca os interesses dos trabalhadores no centro.

Muitos fatores indicam que os «mercados verdes» serão um dos principais propulsores do desenvolvimento ecológico nas próximas décadas. As disputas globais por quotas e posicionamento neste mercado já estão sendo travadas. As concorrências políticas girarão em torno da questão de quais interesses serão levados em consideração neste «Green New Deal» e que alianças sociais e políticas serão forjadas. Na opinião da social-democracia, o objetivo deve ser um «Red Green New Deal».

As seguintes ideias norteadoras são, portanto, de importância fundamental:

- A social-democracia é a força política mais importante que defende uma base industrial sólida. A transformação material da produção industrial só será possível com pesquisa inovadora, engenharia e trabalho técnico qualificado. Os «mercados verdes» oferecem um enorme potencial de crescimento – é onde está o trabalho de amanhã.
- O desbravamento desses mercados requer uma política com atuação estratégica e uma parceria entre indústria, sindicatos e Estado. O exemplo da lei de energias renováveis na Alemanha comprova que é possível uma política industrial estratégica e inteligente, diferente da política neoliberal e da economia planificada. A social-democracia precisa ser a força que mantém um diálogo constante com a indústria e os sindicatos, desenvolvendo «competência de formação industrial» enquanto força política.
- A transformação ecológica deve ser socialmente aceitável. Onde forem perdidos empregos, devem ser criadas alternativas. Os custos do saneamento energético de edifícios não devem ser deixados apenas a cargo dos locatários. Aqui também vale o princípio: a distribuição justa da renda (e dos dividendos da produtividade de crescente dos recursos) constitui uma pré-condição importante para atingir um consenso social em torno da transformação ecológica da sociedade. Em especial, o aumento da produtividade dos recursos (ou seja, do uso de matéria prima e energia no processo produtivo) deve ser entendido como a abordagem capaz de combinar competitividade internacional com um nível salarial elevado.
- A questão ecológica representa um desafio internacional. A mudança do clima só pode ser interrompida com medidas globais. As disputas por recursos cada vez mais escassos igualmente só podem ser solucionadas na esfera global. Diante destas constatações, a combinação de «política industrial ecológica» e regulamentação social global pode vir a ser uma marca registrada da social-democracia internacional.
- Para os social-democratas não se trata de doutrinação, renúncia ou ascese, nem de passar ensinamentos e muito menos de acatar os assim chamados «LOHAs» (sigla em inglês: lifestyles of health and sustainability = estilos de vida de saúde e sustentabilidade) da classe média e da elite. A política industrial ecológica quer proporcionar uma vida boa a todos os segmentos da sociedade. Ela almeja uma aliança social que perceba os trabalhadores como importante suporte da modernização ecológica.



Sobre o autor:

Benjamin Mikfeld é cientista social, foi membro do diretório do SPD de 1995 a 2003 e chefe do departamento de política na sede do SPD em Berlim, na casa Willy-Brandt, até fevereiro de 2011, Diretor-executivo da associação Denkwerk Demokratie e.V.

Nota do editor:

Friedrich-Ebert-Stiftung | Dep. Europa Central e Oriental
Hiroshimastr. 28 | 10785 Berlim | Alemanha

Responsável:
Dr. Reinhard Krumm | chefe do dep. Europa Central e Oriental

Fone: ++49-30-269-35-7788 | Fax: ++49-30-269-35-9250
<http://www.fes.de/international/moe>

Pedidos:
info.moe@fes.de

Qualquer uso dos meios publicados pela Fundação Friedrich Ebert (FES) para fins comerciais requer uma permissão por escrito da FES.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.



ISBN 978-3-86498-680-2